

El papel del medio ambiente en la discusión de los partidos y los modelos partidistas: el caso brasileño

Paulo Victor Teixeira Pereira de Melo¹
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG – Brasil)
paulovictormelo@gmail.com

Comprender un partido político es necesario conocer las características del entorno institucional que da la bienvenida. El estudio de un partido político no es un estudio que se puede dar como si el partido fue un ser perdido en el espacio, un cuerpo que puede aislar en el laboratorio para su estudio. Para una comprensión real de un partido es necesario estudiar lo que la "ingeniería constitucional" que el modelo partidista se inserta. En nuestro caso, que la ingeniería constitucional brasileño. De acuerdo con la tesis de la política institucionalismo nuevas instituciones de la estructura, por lo que en este *paper* se presenta la estructura en la que los partidos políticos brasileños se insertan.

El primer objetivo será el de detalle del sistema político. Realizar una breve historia de cómo este sistema se forjó. El segundo paso será un estudio de las normas jurídicas que generan los partidos políticos en Brasil - el caso brasileño, me temo que una Ley Orgánica de Partidos Políticos. Por último, vamos a describir algunas de las características del sistema político y cómo esto puede influir en los partidos y los modelos partidistas. Creemos que con esta profundización capaz de encontrar algunas claves explicativas trabajo que estamos desarrollando. Los detalles de este entorno y el análisis teórico propuesto presentado serán de gran aporte a la explicación de las hipótesis de este estudio. Con los instrumentos enumerados en los partidos políticos que se insertan puede justificar conseguir algunas de las opciones estratégicas y modelos tomados por las elites de los partidos.

Creemos que con el estudio del caso brasileño puede contribuir al estudio de la interface ambiente - modelo de partido. Suponiendo que el modelo adoptado por el partido se debe a que el sistema que se encuentra, el estudio de esta interface es esencial para la comprensión de los partidos políticos en su conjunto

¹ Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais e Pesquisador do Grupo Opinião Pública, Marketing Político e Comportamento Eleitoral.

Para se compreender um partido político é necessário incluir as características do ambiente institucional que o acolhe. O estudo sobre um partido político não pode ser feito como se o partido fosse um objeto isolado no tempo e no espaço. Para o entendimento de um partido, é necessário analisar em qual engenharia constitucional esse modelo partidário está inserido, pois segundo a tese do novo institucionalismo, as instituições estruturam a política e influenciam o fluxo da história:

[...] As decisões tomadas no âmbito das instituições políticas modificam a distribuição de interesses, recursos e preceitos políticos, na medida em que criam novos atores e identidades, incutem nos atores a noção de êxito e fracasso, formulam regras de conduta apropriada e conferem a certos indivíduos, e não a outros, a autoridade e outros tipos de recursos. As instituições influenciam a maneira pela qual indivíduos e grupos se tornam atuantes dentro e fora das instituições estabelecidas, o grau de confiança entre cidadãos e líderes, as aspirações comuns da comunidade, o idioma, os critérios e os preceitos partilhados pela comunidade, e o significado de conceitos como democracia, justiça, liberdade e igualdade (PUTNAM, 1996: 33).

Este artigo mostrará o sistema político no qual os partidos brasileiros estão inseridos, pois este ambiente influencia as decisões que os partidos irão tomar. Isso significa que, diante dos limites e constrangimentos colocados pelas estruturas institucionais e econômicas, o partido tem que tomar algumas decisões. Neste sentido, suas ações estratégicas sofrem restrições. Como discutido pela teoria do *patch dependence*, a trajetória e as decisões tomadas pelos partidos geram reflexos em sua constituição e estratégias.

O atual sistema político brasileiro nasce após um período ditatorial de 21 anos (1964 – 1985), quando esteve em vigência o Regime Militar. O regime autoritário foi implantado no Brasil após a queda do Presidente João Goulart, no dia 1º de abril de 1964, pelos militares. Na época, o golpe contou com o apoio de parte da sociedade brasileira e da elite partidária de alguns dos maiores partidos brasileiros da época – UDN e parcelas do PSD. O Regime Militar tinha como meta a reconstituição da “ordem pública” no Brasil e a condução de uma nova eleição. A elite dos partidos citados acreditava que poderiam retornar ao poder e continuar a governar o país.

No entanto, os militares, após assumirem o poder, instauram um sistema ditatorial baseado em Atos Institucionais. Tais atos conferiram ao regime poderes amplos ao grupo militar e foi instaurado um modelo bipartidário no ano de 1966, com duas legendas: Aliança Nacional Renovadora (ARENA), que era a sustentação político-parlamentar do governo “revolucionário” e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), de oposição. Apenas um destaque: a nova legislação previa a representação política dos partidos apenas em caso de conseguirem alcançar pelo menos 1/3 das cadeiras em cada eleição.

De acordo com Santos (1987)², uma das justificativas que podemos encontrar para a derrubada do Governo Goulart e a instauração do regime autoritário é a “paralisia decisória”, a que o sistema político brasileiro estava submetido. O período anterior ao golpe é marcado por intensa discussão entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo e por uma baixa aprovação da agenda governamental, por parte do legislativo. Essa paralisia era agravada ao se observar que a oposição ao governo possuía um total de 71% das cadeiras no Congresso Nacional³. O governo do Presidente Goulart não conseguia aprovar medidas no Congresso, o que fomentou o aumento do descontentamento de parte da sociedade com o Presidente.

A Ditadura Militar conseguiu ser inicialmente estabelecida em função do apoio de parte da sociedade civil, que se encontrava descontente com os rumos das políticas reformistas do então Presidente João Goulart, que era filiado ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), de matiz centro-esquerda. Todavia, a partir de 1968, o regime se tornou mais autoritário e repressor, e os anos 70 foram de grande descontentamento na sociedade brasileira. As organizações da sociedade civil passaram a exigir a redemocratização, fato que é impulsionado pelo fim do “Milagre Econômico”, em meados dos anos 70, que havia proporcionado legitimidade ao regime.⁴

O regime teve fim após inúmeras manifestações e protestos e através de uma “abertura gradual e segura”, conduzida pelo Presidente Ernesto Geisel, a partir de 1974. Mas, os militares conseguiram manter o controle sobre a transição democrática e sobre a eleição do sucessor do General Figueiredo -último presidente militar que governou o país. Em 1979, com o retorno ao multipartidarismo, através da Lei 6.767, de 1979, diversas legendas oriundas da antiga arena e MDB são formadas, entre elas o PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro, originado nos quadros parlamentares do ex-MDB.

Em 1985, através de eleições indiretas promovidas em um Colégio Eleitoral, é eleito Tancredo Neves, do PMDB, tendo como vice José Sarney. José Sarney havia sido o presidente da ARENA e participara desta legenda durante todo o regime militar. A chapa civil para a transição política foi articulada pelo PMDB, com os dissidentes da antiga ARENA, com o intuito de derrotar o governista Paulo Maluf, do Partido Social Democrático (PDS), legenda que abrigava os remanescentes da ARENA. Em 1985, com o retorno à democracia, o Brasil passa a ser governado por José Sarney (PMDB), que assume a presidência devido à morte de Tancredo Neves. Como destaca Motta (1999).

O caráter gradualista da transição democrática dificulta a tarefa de escolher um marco cronológico para o encerramento do período autoritário. Varias datas e acontecimentos podem ser adotados: 1984, com a campanha popular pelo restabelecimento do voto direto para presidente (Diretas Já); 1985, quando a chapa oposicionista de Tancredo Neves-José Sarney foi eleita pelo Colégio Eleitoral; 1988, ano da promulgação da

²SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Crise e Castigo*. São Paulo, Vértice, 1987.

³Abranches, 1988.

⁴ Período do “Milagre Econômico Brasileiro” nos anos 70. O Brasil crescia chegou a crescer 10 em alguns anos.

Constituição; e 1989, quando se elegeu diretamente o Presidente da República. (MOTTA, 1999:152).

Para criar uma nova ordem institucional adaptada ao sistema democrático, em 1986 são convocadas as eleições para a Assembleia Nacional Constituinte, que tinha como meta a elaboração da nova Constituição Brasileira, que guia até hoje o sistema político. Como argumentado por SARTORI (1996), as Constituições são formas que estruturam e disciplinam os processos decisórios do Estado. A formulação de uma nova Constituição guia o espaço de possibilidades para as ações e escolhas estratégicas

Os desafios que a Constituinte Brasileira deveria enfrentar eram os de garantir ao Brasil um sistema estável e que não estivesse sobre o risco de rompimentos institucionais cíclicos (ABRANCHES, 1988). A tradição republicana brasileira era baseada em princípios de dispersão de poderes – presidencialismo, federativo, proporcional e multipartidário –, ou seja, se estas variáveis do sistema se mantivessem constante, teoricamente o sistema tenderia a se romper, não gerando a estabilidade exigida a um sistema político⁵. Sérgio Abranches (1988) aponta para a necessidade de que se desenvolvesse um ornamento institucional que conseguisse lidar com as peculiaridades políticas e sociais brasileiras, cuja sociedade é marcada por baixa mobilização, por um Estado burocrático e uma economia complexa e diversificada.

Em síntese, a situação brasileira contemporânea, à luz de seu desenvolvimento histórico, indica as seguintes tendências: (a) alto grau de heterogeneidade estrutural, quer na economia, quer na sociedade, além de fortes disparidades regionais; (b) alta propensão ao conflito de interesses, cortando a estrutura de classes, horizontal e verticalmente, associada a diferentes manifestações de clivagens inter e inter-regionais; (c) fracionamento partidário parlamentar, entre médio e mediano, e alta propensão à formação de governos baseados em grandes coalizões, muito provavelmente com índices relativamente elevados de fragmentação governamental; (d) forte tradição presidencialista e proporcional. A primeira indicando, talvez, a inviabilidade de consolidação de um regime parlamentarista puro. A segunda, apontando para a natural necessidade de admitir à representação os diversos segmentos da sociedade plural brasileira; (e) insuficiência e inadequação do quadro institucional do Estado para resolução de conflitos e inexistência de mecanismos institucionais para a manutenção do "equilíbrio constitucional". (ABRANCHES, 1988:31)

A Constituinte deveria criar mecanismos institucionais que possibilitassem aos governos futuros lidarem com os problemas políticos, garantindo, assim, instituições que possibilitassem uma normalidade democrática e justiça social. A atual Constituição foi promulgada em 1988.

É no interior desta nova ordem constitucional, que reflete o novo sistema político, que os partidos brasileiros travam as disputas e obtêm seus resultados. A primeira parte deste artigo apresentará as regras legais passaram a orientar os partidos políticos, a Lei Orgânica dos Partidos Políticos (LOPP) - Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995. A

⁵ Para discussão sobre como se governa o Brasil, ver Vicente Palermo (2000).

Lei Orgânica servirá para situar o ambiente legal no qual os partidos estão inserido. A segunda parte detalhará os indicadores do atual sistema partidário e eleitoral brasileiro, pois eles constroem as estratégias dos mesmos. Finalmente, os partidos fazem ofertas aos públicos. Por isso, a última seção reflete sobre as demandas e as relações dos partidos com os eleitores. Com base nestas informações, podem-se justificar algumas das escolhas estratégicas e de modelos partidários definidos pelo sistema partidário brasileiro.

Lei Orgânica dos Partidos Políticos

A lei que rege a organização e as funções dos partidos políticos brasileiros é bastante ampla e plena de informações sobre o papel dos partidos. Por isso, esta subunidade vai se ater com mais detalhe a esse instrumento legal, que rege os partidos. Já no seu 1º artigo, a lei ressalta uma das funções dos partidos políticos, que é a de dar legitimidade ao sistema político:

Art. 1º O partido político, pessoa jurídica de direito privado, destina-se a assegurar, no interesse do regime democrático, a autenticidade do sistema representativo e a defender os direitos fundamentais definidos na Constituição Federal.

Os partidos também são os responsáveis por apresentarem formalmente as candidaturas. Não é possível candidaturas a cargos eletivos no Brasil fora dos partidos. Esse controle é essencial, pois confere um poder de barganha muito grande entre os partidos e os políticos. Todavia, como o Brasil possui um modelo multipartidário essa barganha perde relevância ao possibilitar ao político a mudança partidária⁶.

Outro ponto importante que deve ser destacado é a necessidade de que os partidos se configurem de forma nacional. Os partidos brasileiros não podem ser locais, eles devem ter presença em numerosas regiões do país. A presença nacional é definida na formação da legenda: segundo o Artigo 7º da LOPP, o partido somente tem a sua existência após se registrar no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), adquirindo personalidade jurídica.

Este registro somente é possível de acordo com as exigências do parágrafo 1º desse artigo:

§ 1º Só é admitido o registro do estatuto de partido político que tenha caráter nacional, considerando-se como tal aquele que comprove o apoio de eleitores correspondente a, pelo menos, meio por cento dos votos dados na última eleição geral para a Câmara dos Deputados, não computados os votos em branco e os nulos, distribuídos por um terço, ou mais, dos Estados, com um mínimo de um décimo por cento do eleitorado que haja votado em cada um deles.

⁶A mudança partidária teve sua força minimizada após a normativa do STE, que pune o político que abandona seu partido com a perda do mandato e que confere o mandato ao partido e não ao candidato.

A necessidade de existência nacional dos partidos políticos leva os seus dirigentes a traçarem estratégias de ocupação de todo o território, o que sinaliza a obrigação dos partidos já formarem uma máquina antes mesmo do registro formal no TSE. Desde a sua fundação, o partido tem algum grau de profissionalismo para poder coesionar os interesses, pessoas e políticos em seu entorno.

A LOPP trata também da forma de organização dos partidos. Os partidos são livres para a adoção de bandeiras ideológicas, interesses, programa, objetivos políticos e modelos de organização, formas, desde que estes não ponham em questionamento o sistema democrático. Isso aponta para a possibilidade de cada um dos partidos adotarem modelos distintos entre si.

A LOPP permite aos partidos exigir disciplina partidária dentro das casas legislativas, o que contraria o incentivo proporcionado ao político, quando este é candidato. O estudo do Estatuto, então, pode assim fornecer as informações relevantes sobre o modelo do partido.

Destacam-se também as disposições sobre a confecção do Estatuto do Partido. Ele é responsável por guiar todas as medidas que serão adotadas pela legenda, desde o processo de filiação à disciplina partidária, bem como as regras para a distribuição dos recursos do fundo partidário. No Estatuto, podemos encontrar as formas de punição de um político, caso este entre em desacordo com as normativas apontadas pelos líderes do partido.

Um destaque importante deve ser dado ao fundo partidário: a legislação informa que os recursos do fundo partidário serão distribuídos seguindo a norma segundo a qual 5% dos recursos serão igualmente distribuídos entre todos os partidos que possuem registro no TSE e os outros 95% terão sua distribuição pautada pela votação que os partidos alcançarem⁷. Dois aspectos são importantes ressaltar: (1) os recursos são repassados aos partidos; (2) a distribuição da maior parte dos recursos depende da capacidade eleitoral do partido.

O primeiro ponto é relevante, pois demonstra quem realmente possui os recursos financeiros. O Fundo Partidário é a principal fonte de financiamentos dos partidos políticos. Os financiamentos possíveis são o público – o Fundo Partidário e o tempo no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE), no rádio e na televisão -, e o financiamento privado de pessoas jurídicas e pessoas físicas. O tempo de televisão é distribuído da seguinte forma: um terço é dividido igualmente entre todos os partidos registrados e os outros dois terços de acordo com o número de deputados federais do partido no momento da posse. Ao manter estes recursos nas mãos do partido e não dos políticos, a LOPP dota os partidos de poder de barganha com os seus candidatos.

⁷Lei 11.459 foi responsável pela alteração na distribuição dos recursos. O valor anterior era de 1% para todos os partidos e 99% para a distribuição por resultado eleitoral.

O segundo ponto é quanto à relevância do desempenho eleitoral. Para conseguir acesso à maior parte dos recursos da sua principal fonte de financiamento, o Fundo Partidário, a legenda tem que alcançar sucesso eleitoral. Como os recursos são distribuídos em função dos votos do partido, o incentivo a buscar o maior número possível de eleitores sempre presente nas estratégias dos partidos brasileiros – a saber, se eles possuem políticas para conquistar votos ou conquistam votos para exercer políticas.

O estudo da legislação partidária deixa claro alguns pontos: (1) apesar do estímulo ao comportamento apartidário dos políticos na arena eleitoral, os partidos possuem mecanismos institucionais para o controle dos políticos. Os partidos são os únicos responsáveis legais para o lançamento de candidaturas, pelo Estatuto e pelo controle das fontes de financiamento; (2) os partidos devem ter em suas estratégias a busca pelo maior número possível de votos, a fim de garantir o seu financiamento e a sua presença nacional; (3) a configuração do partido como máquina, desde a sua fundação e para a sua manutenção.

O sistema político-partidário: características

A primeira característica da engenharia constitucional a qual será dada atenção são as regras eleitoral sobre quem vota, como vota e como estes votos são transformados em cadeiras. O estudo destas regras e de como os partidos se adaptam a elas são essenciais para o estudo dos partidos políticos. O segundo ponto é o federalismo. Essa característica da nossa engenharia constitucional é importante para definir o comportamento dos partidos políticos, já que aumenta mais uma informação a ser considerada pelos partidos.

O sistema eleitoral brasileiro é caracterizado por ser um sistema de eleição proporcional, de lista aberta, com distritos de magnitude variada. O primeiro item é responder sobre quem pode votar no Brasil. De acordo com a legislação brasileira, todo brasileiro com idade entre 18 e 70 anos é obrigado a votar. Para os analfabetos, pessoas com mais de 70 anos e jovens entre 16 e 18 anos, o voto é facultativo.

Este montante dos eleitores vota da seguinte maneira: eleições proporcionais proporcional em lista aberta para os cargos de Deputados Federais, Deputados Estaduais e Vereadores. E o voto é majoritário para Presidência, Senado, Governo dos Estados e Prefeituras. O quadro 1 apresenta os cargos em disputa nas eleições nacionais brasileiras.

Quadro 1: Cargos em disputa nas eleições nacionais brasileiras

Cargo	Vaga Eletiva	Vaga não eletiva
Presidente da República	1	
Vice-Presidente da República		1
Deputados Estaduais	1.035	
Deputados Distritais	24	
Deputados Federais	513	
Senador	27	
Suplente de Senador		54
Governador	27	0
Vice-Governador		27
Total	1.627	82

Fonte: TELLES, 2007.

As eleições municipais – para vereador e prefeito – são realizadas simultaneamente, a cada quatro anos, assim como as eleições nacionais. Para os cargos de Prefeito, em cidade com mais de 200 mil eleitores, é realizado o segundo turno, caso a soma dos votos do primeiro colocado não alcance mais de 50% mais um dos votos. A mesma regra vale para as disputas para presidente. A população é chamada às urnas a cada dois anos.

O próximo tópico a ser analisado é quanto à forma de ocupar estes cargos postos em disputa. A base de cálculo para a ocupação dos cargos do Congresso Nacional são os Estados. Para o Senado, todos os estados possuem o número igual de cadeiras – três -, pois a representação nesta câmara é territorial. Já a magnitude na Câmara dos Deputados, varia entre o mínimo e o máximo de 70 cadeiras, que são divididas pelo número de eleitores registrados no Estado. Após os partidos superarem o quociente eleitoral⁸, aplica-se a fórmula D'Hondt, que indica o número de cadeiras para cada partido.

A lista aberta retira do partido o poder de controle sobre quem realmente será eleito. Os partidos controlam quais candidatos disputarão pela sua sigla. Este controle é importante, mas não é definitivo, pois os partidos necessitam de candidatos viáveis eleitoralmente para romper a barreira eleitoral antes de se decidirem quais serão os seus candidatos. O partido tem que correr o risco de lançar candidaturas que nem sempre são as dos políticos mais confiáveis aos partidos, devido à necessidade de superar a barreira eleitoral.

Outro ponto da legislação que deve ser analisado é a possibilidade de cada partido lançar até 1,5 vezes o número de candidatos por vaga. Neste sentido, o candidato tem que disputar a preferência eleitoral com um “inimigo íntimo”. Finalmente, a legislação permite coligações entre os partidos políticos. Os partidos realizam coligações para facilitar a superação das barreiras eleitorais. Ou seja, ao se coligarem, eles driblam a

⁸ “Determina-se o quociente eleitoral dividindo-se o número de votos válidos apurados pelo de lugares a preencher em cada circunscrição eleitoral, desprezada a fração se igual ou inferior a meio, equivalente a um, se superior” (Código Eleitoral, art. 106)

cláusula de barreira, pois somam as suas votações. As características do sistema eleitoral brasileiro podem ser vista no quadro 2.

Quadro 2: Sistemas eleitorais brasileiros

Regras Eleitorais	Brasil
Clausura de Barreira	Alcançar a cota de exclusão
Fórmula eleitoral	D'Hondt
Tipo de lista	Aberta
Magnitude Máxima	70
Magnitude Mínima	8

Fonte: TELLES, 2007

Estas características seriam prejudiciais para que os partidos controlassem os seus candidatos, o que acarretaria em uma atuação política mais autônoma na esfera eleitoral. As regras levam o candidato a atuar ao largo dos partidos, pois o que o interessa é angariar recursos, imagem e políticas públicas para ele próprio, pois ele depende muito do seu desempenho individual para ser eleito.

As regras eleitorais brasileiras⁹ são apresentadas pela literatura como incentivadoras à competição predatória dos candidatos dentro de um mesmo partido. Ao se combinar todas estas características, encontra-se um sistema eleitoral que influencia os candidatos a não terem postura cooperativa com o partido (LINZ, 1994). Devido à independência dos políticos em relação aos partidos, a aprovação de qualquer medida no Congresso ocorre frequentemente levando-se em conta não somente o partido. É necessário promover incentivos individuais aos parlamentares, o que aumenta bastante os custos das decisões. Ainda que os partidos tenham disciplina, como descoberto por Figueiredo e Limongi (1999), a fidelidade não é a maior marca dos parlamentares brasileiros, sobretudo se a análise for a do caso específico do PMDB. Além disso, o Congresso é bastante fragmentado, conforme pode ser verificado pelos indicadores presentes na Tabela 1.

Tabela 1: Indicadores de fragmentação da Câmara dos Deputados (1982 – 2006)

Ano	Fracionalização ¹⁰	Nep ¹¹
1982	0,59	--
1986	0,65	2,83
1990	0,89	8,7
1994	0,88	8,16
1998	0,86	7,13
2002	0,88	8,49
2006	0,89	9,29

Fonte: Rabelo, 2012 e OPAL¹²

⁹Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Código Eleitoral Anotado e Legislação Complementar. 10ª Edição. Brasília, DF. 2012. Disponível em <<www.tse.br>>. Acesso: 01 de Novembro de 2012.

¹⁰Rae (1967), mensura o grau de dispersão entre os partidos políticos. Quanto mais próximo de 1 maior a probabilidade de se achar um eleitor que votou em um partido distinto.

¹¹Número Efetivo de Partidos. O índice possui a seguinte expressão matemática: $N=1/\sum pi^2$, onde pi é a proporção de votos (ou cadeiras) do partido i.

¹² Observatório dos Partidos Políticos Latino-americano

Como pode se observar na Tabela 1, o sistema partidário brasileiro, mensurado pela sua presença na Câmara dos Deputados, aumenta a sua fragmentação com o decorrer do tempo. Parte-se de uma fracionalização de 0,59 para uma de 0,89. Ou seja, se perguntado a dois eleitores a chance de ter votado em partidos votos diferentes é de 89%.

Em relação ao número efetivo de partidos, observa-se que em 1982 existem 2,83 partidos com poder de veto dentro da casa legislativa e em 2006 este número é triplicado: 9,29 partidos. Um número maior de partidos se torna relevante no sistema.

O outro indicador do sistema partidário é a volatilidade - medida que demonstra a variação das cadeiras entre pares de eleições.

Tabela 2: Volatilidade do sistema partidário para Câmara dos Deputados Brasileira por par de eleições de 1986 à 2006

Par de eleições	Volatilidade
1986-1990	35,6
1990-1994	19,01
1994-1998	17,2
1998-2002	17,42
2002-2006	10,4

Fonte: OPAL

Nota-se uma redução da volatilidade acentuada entre os pares de eleições, quando comparados os pares 1986/1990 e 2002/2006.

A fragmentação na Câmara dos Deputados leva a rodadas de negociação com as inúmeras bancadas. A consequência pode ser um estado de letargia para a aprovação das medidas governativas, resultando tal paralisia em risco de ruptura institucional (SANTOS, 1986).

O Brasil é um país federado, composto por União, Estados e Municípios, que coexistem de forma harmônica e autônoma. A Federação brasileira possui a União, 26 Estados, um Distrito Federal e 5.561 Municípios. A autonomia político-administrativa do federalismo brasileiro proporciona aos partidos políticos um leque muito grande de possibilidades de atingirem o poder. A diversidade e a quantidade de cargos possibilitam aos partidos traçarem estratégias diferentes de ocupação dos espaços públicos. Ao afirmarem suas proposições em diferentes arenas, é possível ao partido definir como eles poderão organizar as suas estratégias. A possibilidade de ocupar postos em outras esferas de governo além da União, possibilita que um partido se torne relevante, independente dos cargos que ocupe em outras esferas.

Outro fator importante é a de que o modelo federalista favorece a atração de recursos para o crescimento do partido. Ao ocupar uma cadeira legislativa, um político consegue

atrair para ele e para o seu partido a divulgação e a realização de políticas que fortalecem a sua imagem e a do seu partido, assim como a prática da patronagem.

Deve-se destacar também que o sistema brasileiro é multipartidário. E, caso um candidato não tenha interesse em permanecer no seu partido, ele tem a opção de migrar para outro, entre os muitos partidos brasileiro. Mas, após a Resolução n.º 22.610/2007, do Tribunal Superior Eleitoral, a mudança de partidos foi modificada. O mandato, segundo a interpretação da Corte, pertence aos partidos políticos, o que leva à situação de que se um parlamentar sair do seu partido e o partido requerer a sua cadeira, ela deve ser ocupada pelo suplente. Uma brecha encontrada nesta resolução foi a de que se o parlamentar migrar para um partido novo – em formação –, ele não perde a cadeira, o que levou formação de novos partidos, recentemente, como o Partido Social Democrático (PSD).

O multipartidarismo é um fator de dispersão do poder, principalmente do legislativo. Ao se ter um grande número de partidos no legislativo, o Executivo é levado a negociar à aprovação de medidas de governo, o que contribui com a tendência de um sistema instável.

Quadro 5: Quadro partidário brasileiro em 2010 - Sigla, Nome e data de registro no TSE)

SIGLA	NOME	FUNDAÇÃO/ REGISTRO NO TSE
DEM	DEMOCRATAS	11.9.1986
PCB	PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO	9.5.1996
PCdoB	PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL	23.6.1988
PCO	PARTIDO DA CAUSA OPERÁRIA	30.9.1997
PDT	PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA	10.11.1981
PEN	PARTIDO ECOLÓGICO NACIONAL	19.6.2012
PHS	PARTIDO HUMANISTA DA SOLIDARIEDADE	20.3.1997
PMDB	PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO	30.6.1981
PMN	PARTIDO DA MOBILIZAÇÃO NACIONAL	25.10.1990
PP	PARTIDO PROGRESSISTA	16.11.1995
PPL	PARTIDO PÁTRIA LIVRE	4.10.2011
PPS	PARTIDO POPULAR SOCIALISTA	19.3.1992
PR	PARTIDO DA REPÚBLICA	19.12.2006
PRB	PARTIDO REPUBLICANO BRASILEIRO	25.8.2005
PRP	PARTIDO REPUBLICANO PROGRESSISTA	29.10.1991
PRTB	PARTIDO RENOVADOR TRABALHISTA BRASILEIRO	28.3.1995
PSB	PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO	1º.7.1988
PSC	PARTIDO SOCIAL CRISTÃO	29.3.1990
PSD	PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO	27.9.2011
PSDB	PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA	24.8.1989
PSDC	PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA CRISTÃO	5.8.1997
PSL	PARTIDO SOCIAL LIBERAL	2.6.1998

PSOL	PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE	15.9.2005
PSTU	PARTIDO SOCIALISTA DOS TRABALHADORES UNIFICADO	19.12.1995
PT	PARTIDO DOS TRABALHADORES	11.2.1982
PTB	PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO	3.11.1981
PTC	PARTIDO TRABALHISTA CRISTÃO	22.2.1990
PTdoB	PARTIDO TRABALHISTA DO BRASIL	11.10.1994
PTN	PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL	2.10.1997
PV	PARTIDO VERDE	30.9.1993

Fonte: TSE

Em suma, o sistema eleitoral brasileiro leva o político a agir de forma autônoma em relação ao seu partido, já que para garantir a sua eleição, ele deve agir de forma a agregar a ele a imagem das políticas públicas benéficas às suas bases eleitorais, bem como a patronagem para os seus cabos eleitorais. Para garantir esses recursos, os parlamentares agiriam de forma a pressionar o Executivo, não cooperando com as suas decisões. Este comportamento conferiria ao sistema brasileiro a tendência à instabilidade (LINZ, 1994).

No entanto, esta análise deve ser contrabalanceada por um detalhe: o fator máquina partidária. Ao se afirmar que os partidos não são de crucial importância durante o processo eleitoral, tem-se que se pensar que os partidos conferem às candidaturas o peso de suas máquinas partidárias. Os partidos políticos são capazes de mobilizar em torno de si um grande número de apoiadores, recursos financeiros e cabos eleitorais aos candidatos. Além disso, os partidos são os detentores do controle do tempo de televisão, bem como do fundo partidário. Também cabe aos partidos estabelecerem as coligações para maximizar os votos, de forma a romper as cláusulas de barreiras. Apesar dos incentivos para a prática apartidária dos candidatos, eles têm que agir filiados aos partidos para garantir a sua eleição.

O presidencialismo

Como apresentado anteriormente às regras da disputa, o federalismo e o multipartidarismo estão na base da nossa tradição (ABRANCHES, 1988). No entanto, ao combinar essas características, poderíamos encontrar um sistema ingovernável, que tenderia a rompimentos cíclicos devido à paralisia decisória que esse sistema fomenta.

No entanto, o sistema político brasileiro já possui 25 anos, sem nenhuma ruptura, mesmo enfrentando crises importantes, como o processo de *impeachment* do Presidente Fernando Collor; a aprovação de emendas à Constituição, o enfrentamento de problemas econômicos e sociais. Houve a troca de presidência para opositores, o sistema sobreviveu e não apresenta sinais de que vai ruir. Então, por que as expectativas dos analistas de que o sistema brasileiro estaria fadado à ruptura não aconteceram?

Como apresentado acima, as regras eleitorais brasileiras continuam a gerar um comportamento mais autônomo dos políticos. Sabido que tem de disputar os votos até com os candidatos do seu próprio partido o político tem que agir na esfera pública de

forma a garantir para ele o maior número de votos, ou o número de votos suficientes para transformar sua candidatura em uma cadeira governativa. Ao olhar exclusivamente para a arena eleitoral, seriam encontrados os motivos levantados pela literatura (LINZ, 1994), para acreditar que o Brasil possui uma tendência à crise sistêmica de sua estrutura política. Já que a sociedade brasileira é heterogênea, com o seu modelo democrático marcado por indicadores de dispersão de poderes (LIPJHART, 2003), o que viria a reforçar as nossas diferenças e tornaria o país em uma democracia ingovernável. Com um Executivo fraco institucionalmente - já que a sua eleição não depende diretamente de uma maioria parlamentar -, e um parlamento composto por um número amplo de partidos, sistema político estaria fadado à inoperância e, sistemas inertes tendem a queda.

O comportamento do político tenderia a um comportamento interessado em sua sobrevivência (LINZ, 1994), o que acarretaria em um comportamento pouco sistêmico, elevando o risco de rupturas. Todavia por que não tivemos essa ruptura? A resposta para esse questionamento pode ser encontrada pelo desafio proposto por Sergio Abranches (1989): o sistema elaborou um aparato institucional que minimizou o risco ao comportamento crítico dos nossos políticos.

Apesar de na arena eleitoral o comportamento do candidato ser ainda autônomo e em busca do alcance dos votos, na arena governativa esta autonomia é rarefeita.. Abranches (1988) apresenta, em um texto que se tornou clássico, as características históricas do sistema político brasileiro: presidencialismo, o federalismo, o bicameralismo, o multipartidarismo e a representação proporcional. E aponta que estas características são elementos críticos para a estabilidade do sistema político brasileiro. O autor demonstra em seu texto uma preocupação que se mantido as características históricas a nova democracia brasileira correria risco.

Todavia, como já apresentado o sistema tem sobrevivido. Devido ao título do texto de Abranches (1988) o mecanismo leva o mesmo nome. Com isso a chave explicativa para esse comportamento é dado pelas regras legislativas e pelo que ficou denominado como “Presidencialismo de Coalizão” (FIGUEIREDO & LIMONGI, 1999).

Os partidos possuem mecanismos para exercer o controle sobre os seus membros. Esse controle também é praticado pela forma como os poderes são distribuídos dentro das casas legislativas. As regras do Congresso Brasileiro reservam aos líderes partidários a maior parte das tomadas de decisões. Os regimentos internos das casas legislativas funcionam de modo a garantir que as decisões a serem tomadas se estruturam em torno dos partidos, e não do legislador, o que rompe com a tendência ao enfraquecimento dos partidos.

O segundo fator explicativo para que o sistema continue em funcionamento sem quebras ou paralisias é o aumento dos poderes legislativos do presidente da República em relação à Constituição de 1946, que garantindo ao Executivo a preponderância da

agenda e a agilidade, em consonância, da votação. O quadro a seguir mostra esses poderes:

Quadro 6: Poderes legislativos do Executivo, segundo constituições democráticas brasileiras.

Poderes legislativos do Executivo	Constituição de 1946	Constituição de 1988
Iniciativas Exclusivas:		
Projetos de lei "administrativos"	Sim	Sim
Projetos de leis orçamentárias	Não	Sim
Projetos de lei sobre matéria tributária	Não	Sim
Emendas Constitucionais	Não	Sim
Editar decretos com força de lei (medida provisória)	Não	Sim
Editar leis sob requerimento de delegação pelo Congresso	Não	Sim
Solicitar Urgência dos projetos de lei (votação em 45 dias em cada Casa)	Não	Sim
Impor restrições a emendas orçamentárias	Não	Sim

Fonte: FIGUEIREDO e LIMONGI, 2007.

Os poderes dados ao presidente na atual Constituição possibilitam a ele um domínio da agenda legislativa e, por conseguinte, da agenda política do país. Com esse poder, ele consegue controlar dois dos três poderes da Nação e consegue um grande número de aliados para o seu entorno. A Presidência da República torna-se um grande ator, sobre os políticos e os partidos.

O Executivo domina o processo legislativo porque tem o poder de agenda e esta agenda é processada e votada por um Poder Legislativo organizado de forma altamente centralizada em torno de regras que distribuem direitos parlamentares de acordo com princípios partidários. No interior deste quadro institucional, o presidente conta com os meios para induzir os parlamentares à cooperação. Da mesma forma, parlamentares não encontram o arcabouço institucional próprio para perseguir interesses particularistas. Ao contrário, a melhor estratégia para a obtenção de recursos visando a retornos eleitorais é votar disciplinadamente. (FIGUEIREDO & LIMONGI 1999)

Assumindo o papel de formulador e de executor das políticas públicas, o Presidente brasileiro é o fator chave do alinhamento da política nacional. O seu poder atrai os partidos e os políticos¹³ para a base governista, já que o Executivo possui capacidade de ditar as políticas públicas e repassar os recursos financeiros. Este poder do Executivo a tendência a que os parlamentares votem disciplinadamente com o governo (FIGUEIREDO e LIMONGI, 1999). O voto com o governo pode garantir ao parlamentar e aos partidos a liberação de emendas e recursos para as suas bases eleitorais, propiciando um aumento na probabilidade da reeleição ou a eleição em outro

¹³A atração de políticos é analisada por MELO, Carlos Ranulfo. Retirando as cadeiras do Lugar: migração partidária na Câmara dos Deputados (1985 – 2002). UFMG, Belo Horizonte. 2004.

cargo. A forma que o modelo é sistematizado garante a governabilidade, sem rupturas, e a atração pelo poder executivo.

Identificação partidária

Tendo como “obra fundadora” *American Voter* à escola de Michigan, encabeçada por Campbell *et all*, a apresenta essa chave explicativa que foi um “achado” para o sistema político americano, a Identificação Partidária. Os autores ressaltam que os indivíduos desenvolvem uma relação afetiva com os “seus” partidos. Afetividade que é expressa por carinho e sentimento de pertencer a este partido e, por conseguinte o “inafeto” pela instituição partidária contrária. A relação com o partido é adquirida e processada no ambiente social em que o indivíduo é criado, tendo as suas atitudes consolidadas no seu processo de formação. O comportamento dos indivíduos é a função da interação das atitudes a que esses indivíduos estão sujeitos em suas experiências sociais e políticas. Desenvolvendo assim as suas preferencias e atitudes:

Nesse sentido, a identificação de um eleitor com um partido político se dá em bases afetivas que englobam fatores sociais e psicológicos que irão influenciar a maneira deste eleitor se posicionar politicamente. A tese, portanto, é a de que “uma vez formada, a identificação partidária tende a tornar-se estável, ou seja, os eleitores que têm identificação partidária em graus variados inclinam-se a “ver” a política e orientar suas ações numa direção partidária” (FIGUEIREDO, 1991:34).

Com base nesse vínculo afetivo entre eleitores e as instituições a escola psicossociologia obteve um excelente indicativo da intenção de voto. Devo deixar claro que a Identificação Partidária não é a certeza de que o indivíduo vai votar naquele partido. E sim é um bom indicador que o eleitor está disponível a votar. Ao indicar essa disponibilidade, esse instrumento, se mostra um bom preditor, principalmente para o caso americano que temos o voto facultativo. Um último alerta é de que identificação não fidelização, ou seja, o eleitor pode sim votar em outro candidato, contrário ao indicado pelo partido, dependendo das circunstâncias.

Esse indicador assumiu a centralidade na explicação do voto por uns 30 anos devido a sua boa “capacidade explicativa”, mas com o decorrer da história este começou a ser questionado devido à “baixa” fidelidade entre eleitores e partidos¹⁴.

Após apresentar a relevância que a Identificação Partidária tem para a decisão do voto dos eleitores posso me debruçar com mais afinco ao caso brasileiro.

No atual período democrático o Brasil apresenta um grau de identificação partidária com taxas inferiores comparadas com o período anterior ao regime (45 a 64) e com as médias internacionais, como apontados por Dalton (2000). Por isso a literatura recente (CARREIRÃO & KINZO, 2004; MELO, 2006; CASTRO, 1994; NICOLAU, 1996)

¹⁴O caso americano esse ainda se mostra um bom ‘indicador’ de votos, que mesmo em circunstâncias de fenômenos como a eleição de Barack Obama o sistema apresenta uma ligação superior a 80% de Identificação e voto

apresenta uma longa explanação dos motivos para a baixa identificação partidária no Brasil. Ao se debruçar sobre essa baixa identificação partidária brasileira, a literatura, apresenta três chaves explicativas para a existência do quadro de desestruturação¹⁵ da identificação partidária, com base nos apontamentos de Dahl (1966) (*op citi* LAVAREDA, 1999) (1) a duração do sistema partidário¹⁶, (2) o contexto de comunicação¹⁷ que temos quando o sistema partidário é criado e (3) o quadro legal-constitucional vigente¹⁸. Segundo os autores os somatórios destas características acarretariam no atual quadro de baixa identificação partidária.

Todavia, a construção do conhecimento deve se dar também ao buscar explicar os dados de menores, independentemente de como a literatura se posiciona sobre o mesmo. O primeiro enfoque é demonstrado na Tabela 3, o percentual de identificação partidária, não é tão irrelevante assim. Se acompanhar a série histórica teremos um percentual superior a 40% de pessoas que possuem identificação partidária no Brasil nesse atual período democrático¹⁹.

¹⁵ A desestruturação da identificação partidária é entendida quando temos um quadro menor de 50% de indivíduos identificados e um cenário de queda nos níveis de identificação.

¹⁶ O sistema partidário brasileiro é recente e passa por constantes modificações. O que para os críticos impossibilita o desenvolvimento de laços afetivos fortes com os partidos. E, o atual sistema não guarda nenhuma relação com o sistema partidário do período democrático anterior 45 a 64.

¹⁷ Para a literatura temos de observar com cuidado o contexto de comunicação que os partidos são criados. Como ressalta a literatura sobre partidos (SARTORI, 1976) os partidos têm como uma das suas funções principais informar os seus eleitores. No entanto, com o desenvolvimento e expansão da mídia essa função perde um pouco de sua força. A mídia assume com maior eficiência o papel de informar a sociedade.

¹⁸ Em *Multipartidarismo e Democracia* (1996), Jairo Nicolau expõe uma série de fatores que nos permitem considerar que a arranjo institucional brasileiro dificulta a formação de identificação sólida entre eleitores e partidos políticos. Segundo ele, são cinco as características que retratam o padrão básico de comportamento dos eleitores e dos dirigentes partidários em se tratando de eleições.

1. Os nomes que compõe a lista de candidatos são escolhidos pelos dirigentes partidários e não por consulta direta aos filiados.

2. Os candidatos fazem suas campanhas com grande autonomia em relação ao partido. Cada candidato organiza individualmente sua estrutura de captação de votos: recursos financeiros, material de campanha, comitês.

3. Devido à intensa individualização da campanha, a bancada eleita por um partido é, sobretudo o resultado agregado da ação de diversos candidatos individuais.

4. O sucesso eleitoral de um partido tem relação direta com a presença de candidatos competitivos (capazes de obter votações expressivas) na lista.

5. A forma de intervenção dos dirigentes partidários, no intuito de reduzir resultados não antecipados da forte competição intrapartidária, é escolher um ou mais candidatos como “puxadores de legenda”. O puxador de legenda é beneficiado com recursos do partido, sobretudo o tempo no horário gratuito na rádio e na televisão.

¹⁹ LAVAREDA (1989) aponta que apesar da curta duração do sistema partidário da República Nova (1945-1964), ao final do período, grande parte do eleitorado das grandes cidades – nada menos do que 64% - manifestava adesão a partidos; além disso, “havia uma elevada congruência entre a identificação e o voto, pelo menos nas eleições presidenciais”.

Tabela 3: Partido de Preferência (1989 – 2010) (em %)

Partido	1989	1990	1994	1998	2002	2006	2010
PT	10	10	15	14	22	14,7	29,6
PMDB	15	12	17	12	6,6	7,6	4,8
PSDB	1	2	4	5	3,8	4,6	5,3
PFL/DEM	5	4	4	5	2,6	1,7	0,5
PDT	5	4	3	2	-	-	0,9
PSB	-	-	-	-	-	-	0,7
PV	-	-	-	-	-	-	3
OUTROS	3	7	3	3	5,2	5,8	11
NENHUM	56	56	52	57	59,4	65,4	44,2

Fonte: Datafolha 1989, 1990, 1994, 1998, 2002, 2006; Pesquisa “Eleições Presidenciais: Campanha, Emoção e Voto” - Instituto de Pesquisas Sociais, Políticas e Econômicas (IPESPE)/Grupo de Pesquisa "Opinião Pública, Marketing Político e Comportamento Eleitoral" (UFMG). 2010;

A Tabela 3 apresenta as mudanças que a IP partidária percorreu. O primeiro destaque é o crescimento da identificação do PMDB e a sua consolidação como o partido com a maior identificação. O PMDB passa por um processo de redução drástica de IP, entretanto, ele ainda continua como a legenda com segunda maior percentual. Esta redução será estudada detalhadamente a posteriori, mas, o que pode explicar isto e a perda as suas principais bandeiras – a luta pela democracia e o partido que representa os pobres. A redução do PFL/DEM pode indicar uma redução da identificação com os partidos conservadores. O que gera reflexo em seu desempenho eleitoral. A queda do PDT é explicada pelo domínio do PT do campo ideológico da esquerda. Ao perder a vaga no segundo turno nas eleições presidenciais de 1994 o PDT também perde o poder de rivalizar com o PT sobre o domínio da disputa do polo esquerdista. O último destaque é quanto ao aumento do percentual de identificados com os outros partidos. Este aumento pode explicar o aumento do número de pequenos partidos. E indicar que o país terá um numero razoável de partidos médios e pequenos em decorrência de uma diminuição dos grandes partidos.

Com base nos dados apresentados acima, acredita-se que o estudo de por que os eleitores brasileiros se identificam e a influência dessa identificação se mostra necessária e importante. Infelizmente este trabalho não vai possibilitar uma exploração

mais detalhada e profunda dos dados²⁰. A intenção aqui é mais mapear o campo e trazer alguns apontamentos que devo seguir para futuros desdobramentos.²¹

A literatura brasileira tem tratado da relevância da Identificação Partidária na explicação do voto no Brasil de forma dissonante. De um lado encontramos os defensores desta para a decisão do voto e de outro os mais críticos a esta variável. O primeiro que pesquisador a trabalhar com esta variável no Brasil é REIS (1978), que ao analisar o período do bipartidarismo, aponta que os eleitores identificavam os partidos pelos seus “estereótipos”, ou seja, estes não associavam a preferência a fatores relativos a opiniões e posicionamentos a respeito de *issues* de natureza política, mas a imagens partidárias difusas. Estas tinham como referência, de um lado, os polos situação (ARENA) *versus* oposição (MDB), e, de outro, percepções do eleitor sobre as posições dos partidos em relação aos interesses que defendiam. Assim o MDB teria a imagem de partido dos “pobres”, dos “trabalhadores”, da “maioria da população”, enquanto a ARENA seria o partido dos “ricos”, da “elite”.

Outros trabalhos que se deve destacar são os de SINGER (1998) e CASTRO (1994), Braga e Pimentel (2011) e Baquero (2011, 2013). O primeiro ao analisar as eleições de 1989 e 1994, encontra um alto coeficiente de correlação entre a identificação partidária e intenção de voto. “Está claro, assim, que a localização no espectro ideológico é um dos preditores de voto que deve ser utilizado no Brasil, se quisermos ter um retrato completo do comportamento eleitoral” (SINGER, 1998. p. 140). Já Castro, aponta que a identificação partidária de fato se correlaciona com a intenção de voto, todavia a maior parte dos eleitores não apresenta preferência partidária constante e que “pelo menos parte das identificações com os partidos políticos, quando existem, manifestam-se somente no processo eleitoral, talvez orientado pela escolha dos candidatos” (CASTRO, 1994: 168-169).

²⁰Os textos de Baquero & Linhares (2011) e Socorro & Pimentel (2011) se debruçam sobre esta análise. E apresentam chaves explicativas da relevância do estudo da IP.

²¹ Apenas alguns destaques sobre a metodologia de pesquisa da identidade partidária no Brasil: (1) o período que o dado é aferido - sempre no “tempo da política”, ou seja, antes, durante ou pós-eleitoral. Essa informação é importante se pensarmos que durante o “tempo da política” os indivíduos estão mais atentos aos assuntos que envolvem a política os dados que temos podem então, não representar essa ligação afetiva de que a literatura aponta. Acredita-se que seria necessário e interessante comparar esses dados obtidos quando a política está no *top offmint* com dados de quando esse dado não fosse à pauta. (2) a pergunta que é realizada: geralmente a pergunta usada no Brasil é: Com qual partido você se identifica, simpatiza, gosta? Acredita-se que essa pergunta é muito mais vaga do que Converse *etall* sugerem como metodologia para aferir essa identificação. No *American Voters* autores apresentam na verdade duas perguntas que vão fornecer uma boa aferição dessa ligação dos indivíduos com os partidos: “Geralmente você “se pensa” como um republicano, um democrata, um independente, ou o quê?;Depois dessa primeira classificação: você pergunta se ele é fortemente ou não fortemente identificado?” Há uma grande diferença entre simpatizar e se sentir um “partidário”. O primeiro conceito é muito amplo e subjetivo, enquanto de sentir um “democrata ou republicano” é algo que vai sim remeter a socialização e identidade do indivíduo. Fazendo uma má comparação, posso me sentir Brasileiro e simpatizar com a Itália, mas o que me identifica e pode melhor demonstrar o que eu sou, meu passado, minha socialização, é a minha “brasilidade”.

Braga e Pimentel (2011) discutem se mesmo com a redução dos patamares de IP está variável possui algum poder explicativo do voto. Segundo os autores os dois principais partidos na disputa política brasileira (PT e PSDB) conseguem estruturar na cabeça do eleitor a disputa. O que pode ser aferido pela estabilidade nas disputas. Encontra-se assim uma disputa centrada entre estas duas legendas. Todavia, os autores desconsideram a máquina partidária em suas análises.

Baquero e Linhares (2011) e Baquero e Vasconcelos (2013) apontariam achados diferentes. Segundo estes dois trabalhos o Brasil vive um momento com baixo incentivo para as pessoas aderirem a um partido político. Estes baixos incentivos encontram respaldo na história política do país bem como nas práticas adotadas pelas elites. Outra variável que explicaria este é o baixo capital social da sociedade.

Finalmente chego as variáveis que poderiam explicar a atual identificação partidária no Brasil. Com base nos apontamentos do livro de Campbell *et all* chegamos a uma série de variáveis que temos de levar em consideração. A primeira seria aferir a identificação partidária dos pais do entrevistado. Já que a identificação é construída na socialização, seria importante aferir essa ligação, entretanto, os estudos brasileiros que conheço nenhum buscou essa relação. O que pode ser explicado pela baixa importância dada à relação identificação-voto no Brasil. Por isso acredito ser necessário que nos questionários seja aprofundado esse questionamento. Em trabalho recente que apresentei sobre o perfil dos eleitores identificados com o PMDB percebi que existe um percentual significativo de pessoas com a faixa etária mais alta (45 a 55 anos) o que pode ser explicado por estes terem vivenciado o período da ditadura, mas e os filhos dessa época?²² Veiga (2008) demonstra as alterações na identificação ideológica. O PMDB teria aumento o seu coeficiente de identificados na região Sul, o que acarretou em uma mudança significativa. Eles seriam eleitores mais à esquerda na tabua ideológica e de maior renda.

As próximas variáveis seriam escolaridade e classe social²³ que podem nos fornecer um bom nível de explicação, já que estes se remetem diretamente a socialização dos indivíduos.

Outras duas importantes variáveis que teríamos de dar a devida importância seria alguma medida de sofisticação e interesse por política. Essas duas variáveis apontariam aquilo que os autores clássicos apontam como item relevante para determinar a relação indivíduos-partidos. Estas são dois dos mais significativos, pois ela intermediam a relação. Segundo os autores, essas seriam variáveis que possibilitam a sofisticação do

²²Em trabalho recente Telles e Dias (2011) demonstram que os atuais jovens se interessam cada vez menos por política e que esse desinteresse pode ser dado pela “não necessidade de luta” para conquistá-la.

²³No entanto, ao trabalhar com dados de educação e renda podemos ocorrer no erro de colinearidade, já que estas variáveis são correlacionadas. Pois, na verdade a escolaridade já está incluída no cálculo da classe social. Em que estaríamos usando duas variáveis que medem quase a mesma coisa. O problema da colinearidade é a eficiência, e provavelmente o beta de uma das variáveis vai ter alta insignificância, o que não necessariamente corresponde à realidade, pois na verdade você estava usando duas variáveis muito parecidas e o efeito de uma delas vai sumir.

modelo, já que possibilitariam um ajuste mais próximo da função partido decisão do voto.

Entretanto, acredito que devemos colocar no modelo como variável de controle para a identificação a confiança nos partidos políticos. Como teremos uma “alta” identificação se a confiança nos partidos é tão baixa?

Abaixo exponho a tabela com os dados de confiança nas instituições:

Tabela 4: Confiança nos Partidos Políticos

	Confia Muito	Confia	Não Confia	Confia nada	NR	NA
Partidos	1,8	19	32,3	45,8	0,3	0,8
Governo	9,7	36,5	32,1	21,6	0	0
Parlamento	2,7	22,2	35,7	39,4	0	0

FONTE: Pesquisa Mundial de Valores

Segundo o *World Value Survey*²⁴, a confiança nos partidos no Brasil é de 21%. O que alerta para mais um detalhe ao se cruzar os dados. A IP este em um patamar de 40% já que apenas 21% confiam nos partidos. O que denota que o indivíduo pode se identificar com aquilo que ele não confia. O estudo destas variáveis acredita-se, que se poderá trazer um campo fértil para complementar o já conhecido. O estudo da identificação partidária para o caso brasileiro, tendo como meta buscar explicações para o porquê eles se identificam, trará novo panorama de estudos e explicações. No entanto, este não é o enfoque do trabalho aqui presente.

Baquero e Linhares (2011) em dialogo com as inquietações apontadas anteriormente apresentam chaves explicativas para o porquê dos eleitores (sociedade) brasileiros não confiar nas instituições democráticas brasileiras. Com enfoque na baixa confiança nos partidos políticos os autores apresentam que o que o problema e de caráter estrutural. No qual, os eleitores ao não compreender por completo o papel e as funções dos partidos políticos, desacreditam neles. A raiz para explicar este descontentamento está na história política do país, bem como seus fatores culturais - volatilidade, fragmentação, clientelismo, corporativismo, patrimonialismo, personalismo, baixa existência de estruturas ideológicas - , assim como o baixo capital social da sociedade leva, a uma situação de cinismo com as instituições. Como apresentado por TORCAL (2003) uma *desafeccion* com o sistema, ou seja, há uma baixa confiança nas instituições, assim como um baixo entendimento que é possível alterá-las, mas não há nenhum movimento de questionamento ao regime. O que acarreta na existência de uma fraca ligação entre eleitores e partidos.

Baquero e Vasconcelos (2013) apontam as chaves explicativas para o constrangimento do fortalecimento partidário. O primeiro é o caráter regional dos partidos, ou seja, o federalismo brasileiro leva aos partidos a adotarem estratégias regionais para a disputa política, o que leva a uma dissonância entre o partido nacional e local o que por

²⁴Rodada eleitoral de 2008. Disponível em <www.worldvaluesurvey.com>

consequência leva a um distanciamento da compreensão do partido pelos eleitores. O segundo constrangimento é a baixa IP, que discutimos anteriormente, o que leva a um comportamento mais personalista que partidário dos eleitores. O próximo constrangimento é o que ele denomina de *ideologia híbrida*. Ou seja, os partidos agem de forma distinta na arena eleitoral da arena legislativa. E finalmente, a brevidade do nosso sistema político-partidário. Como os partidos brasileiros são “recentes” não conseguiram alterar a cultura política enraizada no país. “Desse modo, um dos principais constrangimentos é de caráter estrutural que descaracterizam os partidos e os torna vulneráveis a informalidade da política; tornam-se máquinas políticas que promovem o clientelismo.” (BAQUERO & VASCONCELOS, 2013: 6).

Como já discutimos anteriormente o eleitor não tem uma identificação com o partido e não confia neles. Essa baixa ligação pode ser explicada pelas características do sistema político já apresentados anteriormente. O eleitor se sente afastado dos partidos já que a sua ligação com a política se dá por via da dos políticos e não com os partidos. Esse distanciamento é reforçado pela desconfiança e o desconhecimento das regras pela população. Este descolamento leva a um problema para o encaixe do sistema político, ou melhor, para a sua institucionalização. Segundo a teoria da institucionalização a IP é um dos fatores que favorecem um sistema longo e estável. Já que ao possuir uma sociedade que se identifica com os seus representantes, tem se um menor risco de ruptura institucional.

Bohn e Paiva (2009) apresentam o paradoxo que a situação desenhada acima apresenta. Ao analisarem as volatilidades de todo o sistema - níveis nacionais e subnacionais – as autoras apontam para a redução da volatilidade, o que segundo a teoria da institucionalização indicaria um maior enraizamento dos partidos na sociedade. No entanto o que observaram não foi um aumento no número de pessoas identificadas com os partidos. O que segundo as autoras colocam o sistema brasileiro a frente do seguinte paradoxo: o sistema estaria se institucionalizando, mas ao mesmo tempo teríamos uma crise de representação.

Mainwaring e Torcal (2005), quando expõem o voto personalista em um sistema democrático e institucionalizado. São quatro os motivos para isso: (1) “A sequência histórica na construção dos partidos”. Partidos que tem o seu marco fundacional após a institucionalização da TV e das mídias terão seu poder de enraizamento diminuído; (2) “O mau desempenho de muitos regimes competitivos”. Quando os partidos não lograram êxito na representação e na fixação de sua imagem frente ao eleitorado, estes abriram a oportunidade de campanhas personalistas; (3) “Partidos programaticamente difusos”. Ao não marcar uma bandeira ideológica forte, os partidos deram aos eleitores um incentivo a serem voláteis o que acarreta em um comportamento personalista na sua decisão do voto; (4) “O voto personalista é provavelmente mais forte nos sistemas presidencialistas do que nos parlamentaristas”. Ou seja, este tipo de voto personalista é característico de sistemas fluidos – voláteis – onde há um fraco enraizamento dos partidos na sociedade. O que acarreta em incertezas quanto aos resultados eleitorais, o

que pode enfraquecer os regimes democráticos. Bem como, impossibilitar o *accountability* eleitoral.

Afinal, como já ressaltamos acima a imagem que passa para a população que o relevante no sistema político brasileiro é o político. Acredita-se que três motivos são essências para compreender o que acarreta esse descrédito aos partidos. O primeiro é a tradição brasileira de colocar ao cargo de uma pessoa as decisões políticas. Isso é comprovado pelo desconhecimento das pessoas de que é a função de cada cargo político. O executivo é dado os pros e contras de todas as decisões políticas.

O segundo aspecto é a o costume da mudança partidária dos políticos, que é somado com a criação de novos partidos a cada momento – sem nenhum tipo de clivagem que justifique a essa criação. E finalmente, o desconhecimento das regras institucionais pela população. Como ressaltado acima a população não é informada sobre os meandros da política nacional. Como é tramitado um projeto de lei ou a decisão sobre uma política pública. O papel dos partidos é fortalecido no interior do Congresso Nacional, o que não é bem explicado a população. O somatório dessa informações mais o descrédito que a política já carrega com ela é responsável pelo distanciamento do eleitor dos partidos políticos, o que é comprovado pela baixa confiança nos mesmo e a alta volatilidade.

Na ultima parte deste artigo vamos propor uma análise que crie uma amálgama entre todos os pontos elencados anteriormente e a proposta de um modelo partidário.

O sistema político e os modelos partidários

Apresentado as características do sistema político brasileiro, gostaria de propor uma reflexão sobre como esse sistema pode “guiar” os partidos políticos a certo modelo partidário. Quais as ferramentas que o sistema político nos fornece para a essa dedução? Primeiro, será feito uma breve recapitulação de algumas características. O sistema político brasileiro é presidencialista, federativo, com regras proporcionais para os preenchimentos do cargo e multipartidário. O Brasil tem como forma de governo o presidencialismo de coalizão, em que, temos grandes poderes legislativos na mão do executivo e uma serie de barganhas para a aprovação da agenda governamental.

Tendo como opções os modelos clássicos de partidos políticos – quadros, massa, cath all e cartel – para qual teoricamente o sistema político brasileiro “incentivaria” os partidos a adotarem? Claro que não se pode generalizar a análise aqui compreendida. O que propomos aqui é apenas um esforço que possa fornecer uma possível análise correlata entre o sistema de governo e o modelo partidário. Esse esforço analítico será posteriormente comparado com a atuação do PMDB.

Como apresentado acima os incentivos a atuação política partidária presentes no sistema político são diametralmente opostas quando se pensa a arena eleitoral e a arena governativa. Enquanto na arena eleitoral os partidos têm o seu papel minimizado, na arena legislativa a sua atuação é de primordial importância. Entretanto, o que nos

propusemos analisar aqui são os incentivos que o sistema político dá para a organização partidária.

Primeiro deve-se destacar uma função importante no contexto decisório brasileiro: o Presidencialismo de Coalizão – com as características apresentadas acima. E sabido pela literatura que a nossa engenharia institucional é posta em funcionamento sem nenhuma interrupção. Por isso, pode-se pensar a importância desse mecanismo para a organização partidária.

Os partidos políticos são levados, devido a nossa engenharia constitucional, a cooperar de maneira muito satisfatória com o Governo, já que esse possui instrumentos legislativos que são capazes de coesionar a sua base e barganhar com o Congresso. Outro destaque se dá até pelo poder de realizar obras. Os deputados são interessados em garantir recursos para os seus municípios e bases, para que dessa forma consigam garantir votos para as eleições futuras que irão disputar.

No entanto, a chave do cofre está na mão do poder executivo, que controla a liberação e a formulação do orçamento. Ao colocar a formulação do orçamento como uma área de iniciativa exclusiva do Poder Executivo, os deputados e os partidos têm de negociar com os partidos a liberação de recursos para as suas bases.

Qual o modelo partidário que melhor se adaptaria ao sistema político brasileiro? O sistema político brasileiro incentivaria algum dos modelos partidários?

Acredita-se que o sistema político indicaria um modelo partidário de cartel. Os partidos políticos são em sua maioria financiados pelos recursos estatais. Tanto pelo fundo partidário, quando pela liberação de recursos para as suas obras.

Os partidos, para conseguirem a liberação de recursos para as suas bases e assim garantirem a reeleição, aderem ao Executivo, independente do seu espectro ideológico. Outro dado é o domínio da agenda legislativa pelo executivo. Com isso, a aprovação da maior parte das decisões no legislativo seja de acordo com a vontade do executivo eleito.

O distanciamento da sociedade, dos eleitores, dos partidos corrobora esta imagem. Os partidos são cada vez mais responsáveis para com as funções governativas do que as representativa. A imagem esquemática apresentada por Katz e Mair (2002) é de importante visualização desta tendência.

Figura 3: Esquema de Katz e Mair da relação Partido Cartel – Sociedade - Governo



Fonte: KATZ e MAIR (2002).

Segundo os autores, com a evolução das sociedades, os partidos ficaram cada vez mais distantes da sociedade e próximos ao governo, que seria o responsável pela manutenção e financiamento dos partidos, os quais dariam sustentação aos governos.

A falta de identificação e de compreensão dos eleitores das regras do sistema, bem como as regras do sistema político em si, acarretaram segundo a visão aqui apresentada, uma tendência dos partidos ao modelo cartel. Ressalto que é uma tendência e não uma única escolha. As escolhas vão ser de cada um dos partidos do sistema.

Referências Bibliográficas

ABRUCIO, F. L. **Os Barões da Federação: os governadores e a redemocratização brasileira**. Hucitec/USP. São Paulo. 1998.

AFFONSO, Rui. **Os municípios e os desafios da federação no Brasil**. São Paulo em Perspectiva. 10(3) 1996; p.p. 2 – 10.

AFONSO, José Roberto Rodrigues e Araujo, Erika Amorim. A Capacidade de gasto dos Municípios Brasileiros: arrecadação própria e receita disponível. **Cadernos Adenauer**, São Paulo, n.4. p.35-53. abr. 2000.

ALCÁNTARA, Manuel. **Partidos Políticos en América Latina: Precisiones conceptuales, estado actual y retos futuros**. Edita: CIDOB edicions, 2004a.

_____: **La ideología de los partidos políticos latino-americanos**. Trabalho apresentado no Seminario de Investigación de Ciencia Política. Universidad de Salamanca, 2004b.

ALCÁNTARA, M; FREIDENBERG, F. **Partidos Políticos de América Latina: cono sur**. Ediciones Universidad Salamanca, 2001.

AMES, Barry. **The deadlock of democracy in Brazil**. Ann Arbor, The University of Michigan Press. 2001.

AMORIM NETO, Octavio. **Gabinetes Presidenciais, Ciclos Eleitorais e Disciplina Legislativa no Brasil**. Dados vol.43 no.3 Rio de Janeiro, 2000.

BAQUERO, M. e VASCONCELOS, C. **Crise de representação política, o surgimento da antipolítica e os movimentos antipartidarismo no Brasil**. Trabalho apresentado no V Encontro do COMPOLITICA. 2013.

BAQUERO, Marcelo; Linhares, Bianca de Freitas, 2011. Por que os brasileiros não confiam nos partidos? Bases para compreender a cultura política (anti) partidária e possíveis saídas. **Revista Debates**, Porto Alegre, 5, n.1: 89-114.

BOHN, S. R.; FERREIRA, D. P. A volatilidade eleitoral nos estados sistema partidário e democracia no Brasil. **Revista de Sociologia e Política** (UFPR. Impresso), v. 17, p. 187-208, 2009.

CAMPBELL, A.; CONVERSE, P.; MILLER, W. & STOKES, D.. **The American Voter**. NY, Wiley. 1960.

CARDOSO, F. H.. Os Partidos Políticos e a Participação Popular. In:_____ FLEISCHER, D. (org.). **Os partidos políticos no Brasil**. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1981. Vol.2.

CARDOSO, Fernando Henrique; LAMOUNIER, Bolívar (orgs.). **Os partidos e as eleições no Brasil**. Rio de Janeiro, Paz e Terra / CEBRAP. 1975

CARREIRÃO, Yan de Souza e KINZO, Maria D'Alva. Partidos políticos, preferência partidária e decisão eleitoral no Brasil (1989-2002). **Dados**, 47 (1): 131- 168. 2004.

CARREIRÃO, Y. S. e NASCIMENTO, F.P. As coligações nas eleições de 2010 para os cargos de governador, senador, deputado federal e deputado estadual no Brasil. **Teoria & Pesquisa**, v. 21, p. 1-19, 2012.

CARREIRÃO, Y. S. **A Decisão de Voto nas Eleições Presidenciais Brasileiras**. 1. ed. Rio de Janeiro / Florianópolis: Editora da FGV / Editora da UFSC, 2002.

_____: A eleição presidencial de 2002: uma análise preliminar do processo e dos resultados eleitorais. **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba, PR, p. 179-194, 2004.

_____: Identificação ideológica, partidos e voto na eleição presidencial de 2006. **Opinião Pública**. Campinas, SP. v. 13, p. 307-339, 2007.

CASTRO, Mônica M.M. de. **Determinantes do Comportamento Eleitoral: A Centralidade da Sofisticação Política**. Tese de Doutorado, IUPERJ. 1994

CHEIBUB, J. A.; FIGUEIREDO, A. C.; LIMONGI, F..Partidos Políticos e Governadores como determinantes do comportamento legislativo na Câmara dos Deputados. **Dados**, Rio de Janeiro., v. 52, p. 263-299, 2009.

FIGUEIREDO, A. & LIMONGI, F. **Executivo e legislativo na nova ordem constitucional**. São Paulo: FGV, 1999.

_____: Instituições Políticas e Governabilidade. Desempenho do governo e apoio legislativo na democracia brasileira. In:_____ MELO, Carlos R. & SAEZ, Manuel A. **A democracia brasileira: balanço e perspectivas para o século 21**. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2007.

FIGUEIREDO, Marcus. **A decisão do voto: democracia e racionalidade**. Belo Horizonte, Editora UFMG. 2008.

FIORINA, Morris P. Economic Retrospective voting. In:_____ **American national elections: a microanalysis**. American Journal of Political Science, v. 22, no. 2, p.426-443. 1978.

HUNTER, W. e POWER, T. Recompensando Lula: poder executivo, política social e as eleições brasileiras de 2006. In:_____ MELO, C. R. e SÁEZ, M. A. **A Democracia Brasileira: balanço e perspectivas para o século 21**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007.

HUNTINGTON, Samuel. **A Terceira Onda: a democratização no final do século XX**. São Paulo, Ática. 1994.

KINZO, Maria D'Alva. Os Partidos No Eleitorado: percepções públicas e laços partidários no Brasil. **RBCS**, vol.20, n°57: pg 65-81, 2005.

KIRCHHEIMER, Otto. A transformação dos sistemas partidários da Europa Ocidental. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 7. 1966; 2012

KRAUSE, S.; DANTAS, H.; MIGUEL, L. F. (Orgs.). **Coligações partidárias na nova democracia brasileira: perfis e tendências**. Rio de Janeiro: KonradAdenauer-Stiftung; São Paulo: Ed. UNESP, 2010.

LAMOUNIER, B. & MENEGUELLO, R. **Partidos políticos e consolidação democrática**. São Paulo: Brasiliense. 1986

LINZ, Juan. Presidential or parliamentary democracy: does it make a difference? . In:_____ LINZ, J. e VALENZUELA, A. **The failure of presidential democracy: the case of Latin America**. Baltimore, John Hopkins University. 1994.

MAINWARING, S & SCULLY, T. Party Systems in Latin America. In:_____ MAINWARING, S & SCULLY, T.(eds.). **Building Democratic Institutions: Party Systems in Latin America**. Stanford, CA: Stanford University, 1995. pp. 1-34.

MAINWARING, S. e TORCAL, Mariano. **Teoria e institucionalização dos sistemas partidários após a terceira onda de democratização**. Opinião Pública, XI (2).2005.

MAINWARING, Scott; MENEGUELLO, Rachel; POWER, Timoty. **Partidos Conservadores no Brasil Contemporâneo: quais são, o que defendem, quais são suas bases**. São Paulo: Paz e Terra. 2000.

MAINWARING, S. **Sistemas partidários em novas democracias: o caso do Brasil**. Porto Alegre: Mercado Aberto; Rio de Janeiro: FGV, 1998/2001.

MANIN, Bernard. As metamorfoses do governo representativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** 29. 1995, pp. 5-34.

MELO, C. R e SANTOS, M. L. **O que informa a ideologia? Uma análise de deputados e partidos no legislativo brasileiro**. Apresentado no 8º Encontro da ABCP. Gramado, 2012.

MELO, C. R. e CÂMARA, R. Estrutura de Competição pela Presidência e Consolidação do Sistema Partidário no Brasil. **Dados**, v.55, n. 1, 2012, pp.71-117.

MELO, Carlos Ranulfo. **O PT e a democracia**. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte, Departamento de Ciência Política, Universidade Federal de Minas Gerais, datilografado. 1994

NICOLAU, Jairo. **Multipartidarismo e democracia: um estudo sobre o sistema partidário brasileiro (1985-94)**. Rio de Janeiro, FGV. 1996

PALERMO, Vicente. Como se Governa o Brasil? O Debate sobre Instituições Políticas e Gestão de Governo. **Dados**. vol.43 no.3 Rio de Janeiro 2000

PERES, Paulo Sérgio (2002). Sistema partidário e instabilidade eleitoral no Brasil. In: _____ PINTO, Céli Regina Jardim e SANTOS, André Marengo (orgs). **Partidos no Cone Sul**. Porto Alegre: Konrad-Adenauer, p. 13-45.

REIS, Fábio Wanderley. **Os Partidos e o Regime: A logica do processo eleitoral brasileiro**. Edições Símbolo. 1978.

RUIZ, Leticia M. **La coherencia de los partidos políticos. Estructuración interna de la élite parlamentaria latinoamericana**. Tese de doutorado apresentado ao Departamento de Derecho Público General da Universidad De Salamanca, 2003.

SINGER, André. **Esquerda e Direita no Eleitorado Brasileiro: a identificação ideológica nas disputas presidenciais de 1989 e 1994**. São Paulo, Edusp. 1998.

SOCORRO, M.; PIMENTEL, J. Os partidos políticos brasileiros realmente não importam?. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 17, nº 2, Novembro, 2011, p.271-303.

TELLES, Helcimara de Souza ; Dias, Mariana . Condutas políticas, valores e voto dos eleitores jovens de Belo Horizonte. **Revista do Legislativo**, v. 43, p. 82-103, 2011.

TELLES, Helcimara de Souza ; STORNI, Tiago Prata . Ideologias, atitudes e decisão de voto em eleitores de direita e de esquerda. **Revista Latinoamericana de Opinión Pública**, v. 1, p. 87-146, 2011.

TELLES, Helcimara. El partido de los trabajadores y la red de militantes. ¿qué piensan y en qué creen sus dirigentes y sus candidatos?In:_____ **ULIONOVA, Olga. Redes Políticas y Militantes**. Santiago de Chile. 2009

_____: Las elecciones brasileñas y la dimensión representativa en los gobiernos de Lula da Silva. Apuntes Electorales - **Revista del Instituto Electoral del Estado del México**, Torluca, v. VI, p. 53-94, 2007.